

## **FORMAÇÃO E TRANSIÇÃO PARA O MUNDO DO TRABALHO ATRAVÉS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: AS NOVAS DESIGUALDADES DE GÉNERO**

M. Custódia J. Rocha

### **Resumo**

Pese embora a existência de muitas orientações políticas comunitárias para o âmbito da igualdade de género em TIC, as mulheres estão sub-representadas na educação formal (ensino secundário e superior), na formação profissional, nas iniciativas de educação ao longo da vida e no mercado de trabalho em TIC. Os dados estatísticos provenientes do Contexto Internacional, da União Europeia (e de Portugal), assim como os dados que constam em algumas investigações empíricas confirmam esta tendência e exigem uma reflexão crítica sobre determinados mecanismos políticos, e a ausência de alguns outros, que podem pôr em questão os ímpetus políticos da igualdade de género em TIC. Trata-se, então, nesta comunicação, de problematizar as grandes omissões de base das políticas comunitárias, as contradições e paradoxos do conteúdo discursivo das orientações políticas existentes e as implicações destas omissões, contradições e paradoxos no que respeita a diminuição do “gender digital divide” em contextos de formação, na transição para/e no mundo do trabalho.

### **Introdução**

Pese embora a existência de muitas orientações políticas comunitárias para o âmbito da igualdade de género em TIC, as mulheres estão sub-representadas na educação formal (ensino secundário e superior), na formação profissional, nas iniciativas de educação ao longo da vida e no mercado de trabalho em TIC (Rocha, 2008). Os dados estatísticos provenientes do Contexto Internacional, da União Europeia (e de Portugal), assim como os dados empíricos que constam em algumas investigações, e que neste texto convocamos, confirmam esta tendência e permitem-nos uma análise mais detalhada do fenómeno.

As técnicas metodológicas que orientam esta análise assentam numa recolha de informação a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental com as quais se pretende, neste texto, assegurar a qualidade da problematização através da selecção de trabalhos e de orientações políticas onde a dimensão dos dados empíricos existentes são utilizados como fonte de informação crítica, assumindo, assim, particular relevância.

### **Desenvolvimento**

O lançamento de uma política geral no domínio da sociedade da informação ocorreu, na União Europeia, na sequência do *Livro Branco – Crescimento, Competitividade e Emprego. Os Desafios e as Pistas para entrar no Século XXI* (1993). Pese embora nada constar no *Livro Branco* (1993) sobre o designado “gender divide”, especificamente no que respeita a sub-

representação das raparigas e das mulheres no âmbito das TIC, tanto em contextos de educação/formação como em contextos de trabalho, é no entanto nos finais dos anos oitenta que, por parte da União Europeia, se começa a advertir para a necessidade de se prestar especial atenção ao acesso às TIC como forma de, através da educação/formação, se poder enfrentar os desafios do crescimento e da competitividade económica - uma advertência que é feita, por exemplo, na *Recomendação sobre Formação Profissional de Mulheres* (1987).

A ênfase política sobre a relação deficitária Género/TIC e as suas implicações nefastas no âmbito do crescimento e da competitividade económica, caso não se preste especial atenção ao âmbito da educação/formação, é plenamente acentuada a meados dos anos noventa e esta ênfase em muito se deve aos propósitos constantes na *Declaração de Pequim adoptada pela quarta conferência Mundial sobre as mulheres: Acção para igualdade, Desenvolvimento e Paz* (1995).

A partir de 1995, na União Europeia, reafirmaram-se as estratégias políticas internacionais. Desta feita, em meados dos anos noventa do século XX, o discurso político europeu, muito particularmente, assentava na defesa de que as TIC eram indispensáveis para o alcance da igualdade de género em contextos de trabalho. Na mesma altura, e a partir da já muito reconhecida necessidade de *construção da sociedade global da informação*, a União Europeia, a partir de várias orientações políticas, das quais se destacam as constantes no *Livro Verde – Viver e Trabalhar na Sociedade da Informação: Prioridade à Dimensão Humana* (1996), começou a instar os seus organismos e os sistemas educativos dos estados-membros a dispensarem especial atenção ao acesso às TIC, por parte das jovens raparigas, nomeadamente através de projectos-piloto e de medidas de *e-inclusão*, genericamente formuladas, por exemplo na *Resolução Aprender na sociedade da informação: Plano de acção para uma iniciativa europeia na educação* (1996), e ao abrigo dos Fundos Estruturais, em especial o Fundo Social Europeu.

Em meados dos anos noventa, em íntima associação com o propósito político de construção da dita *sociedade da informação para todos*, através da educação/formação, encontram-se, também, as agendas relativas às novas configurações do trabalho. Esta estratégia política consta em vários documentos políticos providos da União Europeia mas adquire o seu maior auge no *Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa* (2000), e com a designada *Estratégia de Lisboa*, onde se admitiu expressamente que “*A Comissão prevê melhorar em termos qualitativos e quantitativos a situação do emprego na União Europeia a curto prazo, graças ao impacto das TIC [...]. Num contexto mais geral, é necessário velar para que esta sociedade da informação seja acessível a todos, sem distinção de categoria social, de raça, de religião ou de sexo. Esta economia digital, que permite melhorar a qualidade de vida, é um factor de competitividade acrescida e de criação de empregos [...]*”.

Assim, graças então ao previsto impacto das TIC, a União Europeia atribuiu-se um “*novo objectivo estratégico para a próxima década: tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social [...]*”.

No início do século XXI, fruto da expressão e implementação das medidas neoliberais, a igualdade de género em educação/formação em TIC adquire novos contornos conceptuais. O reforço da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens como elemento de construção da sociedade da informação não desaparece do discurso político mas este reforço é agora visto, essencialmente, como factor prioritário para o incremento da competitividade da economia europeia e para o desenvolvimento económico sustentável, tal como o teor da *Resolução sobre a e-Inclusão - Explorando as potencialidades da Sociedade da Informação para a inclusão social* (2001), da *Resolução sobre a igualdade de acesso e de participação das mulheres e dos homens na sociedade do conhecimento para o crescimento e a inovação* (2003) e da *Resolução sobre o Futuro da Estratégia de Lisboa, na Perspectiva do Género* (2004) no-lo confirmam.

Face aos dados e à confirmação da existência de um “gender divide” em TIC, que por exemplo a *Proposta de Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão sobre as mulheres na nova sociedade da informação* (2003) bem clarifica, os Estados-membros começaram a adoptar “*parâmetros de referência europeus*”, entre os quais aqueles que constam na *Comunicação sobre parâmetros de referência europeus para a educação e a formação: seguimento do Conselho Europeu de Lisboa* (2002): “Até 2010, todos os Estados-Membros deverão reduzir, no mínimo, para metade os níveis de desigualdade entre homens e mulheres diplomados nas áreas da Matemática, Ciências e Tecnologias, e assegurar um aumento significativo do número total de diplomados em relação ao ano 2000 [...]”.

A exposição das recomendações políticas e dos dados estatísticos que temos vindo a apresentar merecem algumas observações críticas. Há que dizer que mesmo havendo recomendações políticas em prol da inclusão digital, existem determinados mecanismos, e a ausência de alguns outros, que podem minorizar os ímpetus políticos da igualdade de género em TIC. É que pese embora a existência dessas recomendações, o certo é que a dita preocupação com a igualdade de género em TIC não é abordada em ditas grandes iniciativas, tal como acontece no *Livro Branco – Crescimento, Competitividade e Emprego. Os Desafios e as Pistas para entrar no Século XXI* (1993) que sublinhava a importância da sociedade da informação como chave para o futuro crescimento económico, a competitividade, a criação de emprego e uma melhor qualidade de vida, mas que não apresentava, contudo, nenhuma relação directa entre as novas oportunidades de trabalho para as mulheres e as novas tecnologias de informação e comunicação.

Esta é uma omissão de base no discurso político comunitário sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, uma omissão que, aliás, será reforçada por muitas outras e que, se devidamente assinaladas<sup>1</sup>, nos permitem problematizar o conteúdo discursivo de alguns outros documentos políticos, como teremos ainda a oportunidade de fazer no decurso desta análise crítica.

Em Portugal, as disparidades de género no âmbito da educação/formação em tecnologias da informação e da comunicação, entre outras áreas, estão detectadas em alguns (muito poucos) estudos sobre a problemática e aparecem vagamente expressas em documentos de índole política<sup>2</sup>, nas iniciativas de base tal como a que foi lançada com o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal* (1997) ou, pura e simplesmente, em outras ditas iniciativas de base não é feita qualquer referência directa a esta problemática. Assim acontece no *Programa Ligar Portugal. Um programa de Acção Integrado no Plano Tecnológico do XVII Governo: Mobilizar a Sociedade de Informação e do Conhecimento* (2005) e no *Programa de Apoio à Política de Tecnologias de Informação e Comunicação* (2007-2013) da UMIC (Agência para a Sociedade do Conhecimento/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) que “tem o objectivo de acelerar o desenvolvimento sustentável de uma sociedade da informação competitiva, inovadora e inclusiva”.

A exposição das recomendações políticas (ou a ausência delas) merecem-nos ainda outras observações críticas. Os ímpetos políticos de igualdade de género em TIC ficam também minorizados se atendermos, como já dissemos, ao conteúdo do discurso que perpassa em documentos legislativos e em várias orientações políticas para a acção, conteúdo discursivo esse que permite apontar a existência de lógicas políticas dominantes, e bem determinadas, subjacentes à legislação da União Europeia e de Portugal sobre a igualdade de género nos sectores da ciência e das TIC.

E, aqui, teremos que reiterar que a educação/formação em TIC para a economia produtiva, em detrimento da educação/formação em TIC para a participação na “sociedade da informação e do conhecimento”, adquire dimensões políticas questionáveis e imbuídas de contradições axiológicas e pragmáticas. É que as orientações políticas, pese embora aludirem aos benefícios da construção da *sociedade da informação para todos*, têm vindo essencialmente a ser ancoradas em enunciados valorativos como os da *flexibilização, desenvolvimento, progresso, crescimento, competitividade*<sup>3</sup>.

Na verdade, e como alguns dados empíricos confirmam, “a flexibilidade de emprego tem sido encarada, em praticamente todos os países europeus, como a ponte indispensável para a competitividade das economias e criação de emprego, para um melhor equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, e para a igualdade de oportunidades [...]. Acresce que as

mulheres estão particularmente representadas em algumas das modalidades flexíveis de emprego”. E, mesmo quando exercem a profissão de quadros superiores nos mesmos termos que os homens no sector TIC, “subjaz uma linha de género: as mulheres são claramente menos remuneradas, usufruem de menos benefícios e tendem a dirigir departamentos colaterais, cujas funções estão frequentemente associadas a atributos femininos (como é o caso do *marketing*, da comunicação empresarial e dos recursos humanos), mas só raramente dirigem áreas estratégicas (e.g. coordenação de I&D, gestão/direcção de unidades de negócios; gestão/direcção de projectos)” (Casaca, 2005: 622).

Em Portugal, novos percursos de desigualdade na educação e no trabalho são então realçados em investigações empíricas onde se prima por concluir que “A terciarização, a feminização e a difusão de formas flexíveis de emprego são as tendências marcantes da evolução recente do emprego em Portugal. O desenvolvimento do sector terciário em sentido lato (incluindo o sector informacional) deu-se ao nível da expansão dos serviços a particulares (serviços sociais e pessoais, onde as mulheres estão sobrerrepresentadas), como igualmente dos serviços prestados às empresas, incluindo as do sector industrial. Deste modo, têm sido profusamente anunciadas, enquanto profissões de futuro, aquelas associadas aos ramos de engenharia de telecomunicações e de ambiente, de informática - *web designers*, *webmasters*, gestores/as de base de dados para *web*, programadores/as de *internet*, gestores/as de conhecimento, produtores/as de conteúdos para *web*, directores/as de comércio electrónico, *experts* em segurança de sites, directores/as de *web*, entre outras” (Kovács e Casaca, 2004: 56).

Desta feita, as advertências feitas nas *Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Nice* (2000) de que “serão necessárias alterações na organização do trabalho a fim de aproveitar plenamente o potencial das tecnologias da informação e da comunicação” e que “há que combinar flexibilidade e segurança no contexto de uma economia em mutação” têm vindo a redundar em maior flexibilidade e desigualdade para as mulheres e maior segurança e oportunidade para os homens no quadro do desenvolvimento económico sustentável.

Importa ainda dizer, nesta nossa análise crítica, que os ímpetus políticos de igualdade de género em TIC ficam de sobremaneira minorizados se tivermos em conta que pese embora a existência de recomendações políticas, estas nunca passam disso mesmo, de meras recomendação, genericamente formuladas (tal como acontece na *Resolução sobre o capital social e humano — Formar o capital social e humano na sociedade do conhecimento: aprendizagem, trabalho, coesão social e igualdade dos sexos* – 2003) ou, a existir, se centram na ideia de que “estas actividades ajudarão os Estados-Membros a atingir os valores de referência definidos para a participação na educação e formação até 2010” (*Programa «Aprendizagem ao longo da vida»* –

*Convite geral à apresentação de candidaturas para 2008-2010. Actualização de 2009 – Prioridades Estratégicas).*

No que respeita a concepção de projectos educativos que visem a diluição dos estereótipos de género, pode dizer-se que “quando olhamos para os cursos oferecidos a mulheres adultas vemos que nunca são abordados assuntos como “wearable computing”, ligações entre pessoas e artefactos na co-construção de identidades, múltiplas e diferenciadas identidades, penetração das tecnologias de informação nos objectos e contextos do dia-a-dia, etc. Estes são alguns dos temas ‘reservados’ aos designados ‘experts’, mas que estão longe do esquema clássico educativo previsto para as mulheres. Os cursos de literacia em 2007 são na sua grande maioria e frequentemente baseados nos mesmos princípios de há dez anos atrás” (Bencivenga *et al.*, 2008: 13).

A respeito das desigualdades educativas/formativas que se traduzem em desigualdades económicas, é preciso referir que “são sobretudo as licenciaturas das áreas tecnológicas [...] que obtêm melhor acolhimento no sector privado da economia [...]. Em particular, mantém-se o registo de um significativo prémio salarial nas áreas tecnológicas (em especial, nas licenciaturas de informática) (Portugal, 2004). Para além disso, pode-se “traçar o perfil tipo do trabalhador TIC em Portugal. É uma força de trabalho que apresenta uma clara tendência de reforço da já elevada taxa de participação masculina, com uma estrutura etária muito jovem e com tendência para um progressivo rejuvenescimento, e que se destaca pela contratação preferencial de trabalhadores com elevados níveis de habilitações [...]. Em suma são estas as características base da mão-de-obra que faz do sector TIC um dos mais produtivos da economia portuguesa, capaz de conceder aos seus trabalhadores uma remuneração média mensal muito superior à média nacional” (Nunes, 2004).

Contudo, os desafios da *Sociedade de Informação europeia para o crescimento e emprego*, podemos dizê-lo, estão agora concentrados no que ficou acordado na *Declaração de Riga – Internet for all: EU ministers commit to an inclusive and barrier-free information society* (2006) na qual os ministros da União Europeia se comprometeram a fixar metas claras, nomeadamente diminuir para metade o fosso existente na utilização da Internet e na literacia digital e tornar os sítios Web públicos 100% acessíveis em 2010, até porque “estas metas poderão produzir benefícios de 35 a 85 mil milhões de euros em cinco anos”, independentemente de as mulheres, como se sabe, não estarem ainda em igualdade de circunstâncias em relação aos homens no acesso à informação - e às redes - na sociedade do conhecimento que é mediado pelas TIC<sup>4</sup>.

## **Conclusão**

A luta contra a exclusão social, bandeira da União Europeia, nem sempre é erguida, com a estrela da *e-inclusão*, em documentos onde deveria sê-lo e a análise acerca do fosso existente entre género/TIC e acerca das implicações que este fosso acarreta em termos de inclusão das mulheres na educação/formação e no mercado de trabalho em TIC fica desconsiderada.

Neste artigo fica ainda explícita a ideia de que nas políticas de género para o sector das TIC no âmbito da educação/formação/trabalho tem-se privilegiado uma lógica de orientação geral (imbuída de contradições axiológicas e pragmáticas) em detrimento de uma lógica de acção baseada no diagnóstico das efectivas necessidades de formação e reconversão profissional, o que constitui uma estratégia política que se inscreve numa lógica imediata e instrumental de resposta às exigências económicas e que minoriza os discursos da tão retoricamente aclamada “igualdade de oportunidades para todos na sociedade da informação”.

Os desafios da *Sociedade de Informação europeia para o crescimento e emprego* têm vindo a considerar a problemática do género como se ela fosse neutra no âmbito das TIC, sobretudo nos últimos tempos, e como se as recomendações feitas durante os anos noventa já tivessem surtido os seus efeitos. Assim, pese embora as recomendações políticas, e os movimentos organizados de mulheres (cientistas), a falta de acesso às novas tecnologias e a iliteracia digital por parte de grande número de mulheres, a sua não presença em contextos educação/formação e em contextos de trabalho em que as TIC assumem relevância continuam a favorecer a reprodução das desigualdades educativas, económicas e sociais, criando, assim, novas formas de diferenciação hierárquica entre homens e mulheres cada vez mais acentuadas, e que é preciso desocultar.

Esta é, pois, uma análise crítica de base para quem pretende, como nós, desenvolver projectos de investigação científica, escassos na União Europeia e, sobretudo, em Portugal, que tenham como objectivo principal a concepção, gestão e avaliação de planos de formação em Género/TIC e para quem com eles pretenda contribuir para a *e-inclusão* das jovens e das mulheres favorecendo, simultaneamente, o seu empowerment pessoal, social e económico

---

<sup>1</sup> Os propósitos políticos da igualdade de género em TIC não constam, por exemplo, na *Comunicação eEurope - Sociedade da Informação para Todos* (1999); na *Comunicação eEurope 2002 - Impacto e Prioridades* (2001); no *Plano de Acção eEurope 2005: Uma Sociedade da Informação para Todos* (2002); na *Comunicação da Comissão relativa ao relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos Planos de Acção Nacionais para a Inclusão Social – 2003-2005* (2003), na *Comunicação da Comissão Relativa à Agenda Social* (2005); na *Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões – Desafios da Sociedade da Informação Europeia pós-2005* (2004); na *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões i2010 - Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego* (2005); na *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres 2006-2010* (2006); no *Pacto Europeu para a Igualdade de Género* (2006); no *Relatório da Comissão ao Conselho*

---

e ao Parlamento Europeu *Pensar o futuro da educação - Promover a inovação através das novas tecnologias* (2000) e no *Relatório da Comissão Europeia: Para uma Europa do Conhecimento – A União Europeia e a Sociedade da Informação* (2003); no *Relatório sobre a igualdade entre as mulheres e os homens – 2007*; no *Relatório sobre a igualdade entre as mulheres e os homens – 2008...*

<sup>2</sup> Ver: *Parecer N.º 2/2002 do Conselho Nacional de Educação – Os objectivos futuros concretos dos sistemas educativos* (2002); *II Plano Nacional para a Igualdade* (2003-2006); *Relatório da Comissão Europeia – Realização das estratégias de educação e de formação ao longo da vida na Europa: Resposta ao questionário da Comissão – PORTUGAL* (2003); *III Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania e Género* (2007-2010).

<sup>3</sup> Veja-se, a este propósito, o *Relatório Construir a Sociedade Europeia da Informação para todos* (1997) onde explicitamente se refere que: “As configurações de flexibilidade do trabalho, como o trabalho a tempo parcial, o trabalho no domicílio, o trabalho independente, os contratos de duração determinada e o trabalho temporário, a subcontratação, a realocização do trabalho no estrangeiro e os contratos de emprego flexíveis, ganham cada vez mais importância na transição para a sociedade da informação [...]”.

<sup>4</sup> É esta ênfase economicista predominante nas últimas orientações políticas para “a igualdade de género em TIC” que nos permite compreender o facto de na *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Iniciativa Europeia i2010 sobre Info-Inclusão Participar na Sociedade da Informação* (2007) simplesmente se apresentarem propostas para a diminuição da *info-inclusão* relativas a uma maior utilização da Internet com esta utilização se pretender: “reduzir para metade as disparidades entre o grosso da população da UE e os idosos, pessoas com deficiência, mulheres, grupos com baixo nível de formação, desempregados e regiões “menos desenvolvidas””? Que dizer também do facto de na Posição do Parlamento Europeu, tendo em vista a adopção da *Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que adopta um programa plurianual (2004-2006) para a integração efectiva das tecnologias da informação e comunicação (TIC) nos sistemas europeus de educação e formação (Programa eLearning)* se defender que “As diferenças entre homens e mulheres no recurso à aprendizagem electrónica, bem como a promoção da igualdade de oportunidades neste domínio, devem merecer particular atenção” e se delinear como um dos objectivos específicos do programa: “explorar e promover meios e formas de recurso à aprendizagem electrónica para reforçar a coesão social, fomentar o desenvolvimento pessoal, incentivar o diálogo intercultural e a igualdade entre homens e mulheres, e combater a fractura digital [...]” quando esta suposta preocupação não aparece depois mencionada, quanto mais explorada, no próprio *Programa eLearning para a Integração Efectiva das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nos Sistemas Europeus de Educação e Formação* (2004-2006)?

## Referências bibliográficas

Bencivenga, Rita, Ramos, José Luís, Maio, Vicência e Festas, Marinela (2008). “Ciao Women”: Contributos para o Estudo das Necessidades de Aprendizagem ao Longo da Vida Específicas de Mulheres Adultas em Relação às Tecnologias de Informação e Comunicação. In *Educação, Formação & Tecnologias*, Vol. 1(1), pp. 11-22. Retirado em 12 de Outubro de 2008 de <http://eft.educom.pt>

---

Casaca, Sara Falcão (2005). *Flexibilidade de Emprego, Novas Temporalidades de Trabalho e Relações de Género. A Reconfiguração da Desigualdade nos Novos Sectores dos Serviços*. Dissertação para a Obtenção do Grau de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações. Orientadora: Professora Doutora Ilona Zsuzanna Kovács. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa (Documento Policopiado).

Kovács, Ilona e Casaca, Sara Falcão (2004). Formas flexíveis de trabalho e emprego no sector das tecnologias de informação e comunicação. In *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho*, pp. 55-66. Retirado em 12 de Outubro de 2008 de [www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4628dbf9afd14\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628dbf9afd14_1.pdf)

Nunes, Flávio (2004) O perfil-tipo do trabalhador TIC em Portugal. In *Revista TEXTOS de la CiberSociedad*. Nº 4. Retirado em 10 de Outubro de 2008 de <http://www.cibersociedad.net>

Portugal, Pedro (2004). *Mitos e Factos sobre o Mercado de Trabalho Português: A Trágica Fortuna dos Licenciados*. Retirado em 13 de Junho de 2008 de [www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2004\\_1\\_3\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/publish/bolecon/docs/2004_1_3_p.pdf)

Rocha, M. Custódia J. (2008). Políticas de Género e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no Quadro do Desenvolvimento Sustentável - A União Europeia e Portugal. In *Associação Portuguesa para o Progresso das Comunicações e Cooperar em Português*, pp. 1-36. Retirado em 10 de Novembro de 2008 de <http://www.genderit.org/en/index.shtml?w=r&x=96198> e [www.cooperaremporportugues.org/](http://www.cooperaremporportugues.org/)

### Referências documentais

*Comunicação sobre parâmetros de referência europeus para a educação e a formação: seguimento do Conselho Europeu de Lisboa* (2002). Retirado em Março, 14, 2008, de [europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11064.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11064.htm)

*Comunicação da Comissão relativa ao Relatório Conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de acção nacionais para a inclusão social – 2003-2005* (2003). Retirado em Abril 29, 2008 de [europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10616.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10616.htm)

*Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões – desafios da sociedade da informação europeia pós-2005* (2004). Retirado em Abril, 28, 2008, de [europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24262.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24262.htm)

*Comunicação da Comissão relativa à Agenda Social* (2005). Retirado em Maio, 08, 2008, de [infoeuropa.eu/rocid.pt/opac/?func=service-media-exec&doc\\_library=CIE01&doc\\_number=000033981&me...](http://infoeuropa.eu/rocid.pt/opac/?func=service-media-exec&doc_library=CIE01&doc_number=000033981&me...)

*Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões – i2010 uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego* (2005). Retirado em Abril, 28, 2008, de [europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11328.htm)

*Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres 2006-2010* (2006). Retirado em Maio, 28, 2008, de [europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10404.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10404.htm)

*Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – iniciativa europeia i2010 sobre info-inclusão participar na sociedade da informação* (2007). Retirado em Maio, 09, 2008, de [www.inr.pt/uploads/docs/programaseprojectos/InclDigitalNovembro2007.txt](http://www.inr.pt/uploads/docs/programaseprojectos/InclDigitalNovembro2007.txt)

*Comunicação europeia - sociedade da informação para todos* (1999). Retirado em Abril, 08, 2008, de [eur-lex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=fi&ihmlang=fi&lng1=fi,pt&lng2=da,de,el,en,es,fi..](http://eur-lex.europa.eu/Notice.do?mode=dbl&lang=fi&ihmlang=fi&lng1=fi,pt&lng2=da,de,el,en,es,fi..)

*Comunicação europeia 2002 - impacto e prioridades* (2001). Retirado em Abril, 28, 2008, de [europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226a.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226a.htm)

*Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Nice* (2000). Retirado em Março, 14, 2008, de [www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressData/pt/ec/00400-r1.%20ann.p0.htm](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00400-r1.%20ann.p0.htm)

*Conselho Europeu Extraordinário de Lisboa* (2000). Retirado em Março, 14, 2008, de [europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10241.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c10241.htm)

*Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que adopta um programa plurianual (2004-2006) para a integração efectiva das tecnologias da informação e comunicação (TIC) nos sistemas europeus de educação e formação – programa elearning* (2003). Retirado em Abril, 28, 2008, de [www.europarl.europa.eu/pv2/pv2?PRG=CALDOC&TPV=PROV&FILE=030408&TXTLST=2&POS=1&LASTCHA](http://www.europarl.europa.eu/pv2/pv2?PRG=CALDOC&TPV=PROV&FILE=030408&TXTLST=2&POS=1&LASTCHA)

*Declaração de Pequim adoptada pela quarta conferência mundial sobre as mulheres: acção para igualdade, desenvolvimento e paz* (1995). Retirado em Março, 14, 2008, de [www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm)

*Declaração de Riga – internet for all: EU ministers commit to an inclusive and barrier-free information society* (2006). Retirado em Maio, 09, 2008, de [v1.dpi.org/lang-en/resources/topics\\_detail?page=647](http://v1.dpi.org/lang-en/resources/topics_detail?page=647)

---

*Livro Branco – Crescimento, competitividade e emprego. Os desafios e as pistas para entrar no século XXI* (1993). Retirado em Junho, 19, 2008, de [aei.pitt.edu/view/year/1993.html](http://aei.pitt.edu/view/year/1993.html)

*Livro Verde – viver e trabalhar na sociedade da informação: prioridade à dimensão humana* (1996). Retirado em Junho, 19, 2008 de [europa.eu/bulletin/pt/9607/p103230.htm](http://europa.eu/bulletin/pt/9607/p103230.htm)

*Livro Verde para a sociedade da informação em Portugal* (1997). Retirado em Abril, 08, 2008, de [www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/LivroVerde.pdf](http://www.posc.mctes.pt/documentos/pdf/LivroVerde.pdf)

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (2008). *Oferta e procura de formação em TIC no ensino superior [1997-1998 a 2006-2007]*. Retirado em Abril, 08, 2008, de [www.oces.mctes.pt/](http://www.oces.mctes.pt/)

*Pacto Europeu para a igualdade de género* (2006). Retirado em Maio, 18, 2008, de [www.retepariopportunita.it/Rete\\_Pari\\_Opportunita/UserFiles/Gruppo\\_Alto\\_Livello/3\\_INC\\_european\\_pact.pdf](http://www.retepariopportunita.it/Rete_Pari_Opportunita/UserFiles/Gruppo_Alto_Livello/3_INC_european_pact.pdf)

*Parecer n.º 2/2002 do Conselho Nacional de Educação – Os objectivos futuros concretos dos sistemas educativos* (2002). Retirado em Maio, 08, 2008, de [www.cnedu.pt/files/1176995175\\_Parecer\\_2.2002.pdf](http://www.cnedu.pt/files/1176995175_Parecer_2.2002.pdf)

*Plano de acção europeu 2005: uma sociedade da informação para todos* (2002). Retirado em Maio, 28, 2008, de [europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/l24226.htm)

*II Plano Nacional para a igualdade 2003-2006* (2003). Retirado em Abril, 08, 2008, de [www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/69549241-24C4-4699-ACDA-96B7DA660658/0/IIPIgualdade.pdf](http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/69549241-24C4-4699-ACDA-96B7DA660658/0/IIPIgualdade.pdf)

*III Plano Nacional para a igualdade - cidadania e género 2007-2010* (2007). Retirado em Abril, 08, 2008, de [www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/65AEBEF6-5C48-4C07-A792-60D289FD7FDF/0/III\\_PNI.pdf](http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/65AEBEF6-5C48-4C07-A792-60D289FD7FDF/0/III_PNI.pdf)

*Programa elearning para a integração efectiva das tecnologias da informação e comunicação (tic) nos sistemas europeus de educação e formação* (2004-2006) (2003). Retirado em Abril, 28, 2008, de [europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11073.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11073.htm)

*Programa ligar Portugal. Um programa de acção integrado no plano tecnológico do XVII governo: mobilizar a sociedade de informação e do conhecimento* (2005). Retirado em Abril, 30, 2008, de [www.ligarportugal.pt/pdf/ligarportugal.pdf](http://www.ligarportugal.pt/pdf/ligarportugal.pdf)

---

*Programa de apoio à política de tecnologias de informação e comunicação (2007-2013).* Retirado em Novembro, 10, 2008, de [www.unic.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=2804&Itemid=236](http://www.unic.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=2804&Itemid=236)

*Programa «aprendizagem ao longo da vida» convite geral à apresentação de candidaturas para 2008-2010 actualização de 2009 - prioridades estratégicas.* Retirado em Novembro, 10, 2008, de [ec.europa.eu/education/llp/doc/call09/prior\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/education/llp/doc/call09/prior_pt.pdf)

*Proposta de Resolução do Parlamento Europeu sobre o relatório da Comissão sobre as mulheres na nova sociedade da informação (2003).* Retirado em Abril, 02, 2008, de [www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A5-2003-0279+0+DOC+XML+V0//PT](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A5-2003-0279+0+DOC+XML+V0//PT)

*Recomendação sobre formação profissional de mulheres (1987).* Retirado em Junho, 18, 2008, de [europa.eu/.../sga\\_doc?smartapi!celexapi!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=31987H0567&model=guichett](http://europa.eu/.../sga_doc?smartapi!celexapi!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=31987H0567&model=guichett)

*Relatório construir a sociedade europeia da informação para todos (1997).* Retirado em Maio, 28, 2008, de [ec.europa.eu/employment\\_social/knowledge\\_society/library\\_fr.htm](http://ec.europa.eu/employment_social/knowledge_society/library_fr.htm)

*Relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu pensar o futuro da educação - promover a inovação através das novas tecnologias (2000).* Retirado em Abril, 28, 2008, de [ec.europa.eu/education/archive/elearning/rappt.pdf](http://ec.europa.eu/education/archive/elearning/rappt.pdf)

*Relatório da Comissão Europeia para uma Europa do conhecimento – a União Europeia e a sociedade da informação (2003).* Retirado em Abril, 28 2008, de [ec.europa.eu/publications/booklets/move/36/pt.pdf](http://ec.europa.eu/publications/booklets/move/36/pt.pdf)

*Relatório da Comissão europeia realização das estratégias de educação e de formação ao longo da vida na Europa: resposta ao questionário da comissão – Portugal (2003).* Retirado em Abril, 02, 2008, de [ec.europa.eu/education/policies/2010/III\\_report/III\\_pt\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/education/policies/2010/III_report/III_pt_pt.pdf)

*Relatório do Conselho Educação ao Conselho Europeu sobre os objectivos futuros concretos dos sistemas educativos (2001).* Retirado em Abril, 02, 2008, de [europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11049.htm](http://europa.eu/scadplus/leg/pt/cha/c11049.htm)

*Relatório sobre a igualdade entre as mulheres e os homens (2007).* Retirado em Março, 14, 2008, de [www.cite.gov.pt/imgs/instrumcomunit/Relat\\_igualdade\\_entre\\_homens\\_e\\_mulheres2007.pdf](http://www.cite.gov.pt/imgs/instrumcomunit/Relat_igualdade_entre_homens_e_mulheres2007.pdf)

*Relatório sobre a igualdade entre as mulheres e os homens (2008).* Retirado em Março, 14, 2008, de [www.cite.gov.pt/cite/destaques/Notic11.htm](http://www.cite.gov.pt/cite/destaques/Notic11.htm)

---

*Resolução aprender na sociedade da informação: plano de acção para uma iniciativa europeia na educação* (1996). Retirado em Março, 14, 2008, de [www.europarl.europa.eu/pv2/pv2?PRG=CALDOC&FILE=970626&LANGUE=PT](http://www.europarl.europa.eu/pv2/pv2?PRG=CALDOC&FILE=970626&LANGUE=PT)

*Resolução sobre a e-inclusão - explorando as potencialidades da sociedade da informação para a inclusão social* (2001). Retirado em Abril, 28, 2008, de [europa.eu.int/smartapi/cgi/sga\\_doc?smartapi!celexplus!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=32001G1018\(01\)](http://europa.eu.int/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexplus!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=32001G1018(01))

*Resolução do Conselho sobre o capital social e humano — formar o capital social e humano na sociedade do conhecimento: aprendizagem, trabalho, coesão social e igualdade dos sexos* (2003). Retirado em Maio, 08, 2008, de [www.cite.gov.pt/imgs/resolucs/20Resol.pdf](http://www.cite.gov.pt/imgs/resolucs/20Resol.pdf)

*Resolução sobre a igualdade de acesso e de participação das mulheres e dos homens na sociedade do conhecimento para o crescimento e a inovação* (2003). Retirado em Maio, 08, 2008, de [europa.eu/smartapi/cgi/sga\\_doc?smartapi!celexapi!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=32003G1230\(01\)...](http://europa.eu/smartapi/cgi/sga_doc?smartapi!celexapi!prod!CELEXnumdoc&lg=PT&numdoc=32003G1230(01)...)

*Resolução sobre o futuro da estratégia de Lisboa, na perspectiva do género* (2004). Retirado em Março, 14, 2008, de [www.cite.gov.pt/imgs/resolucs/22Resol.pdf](http://www.cite.gov.pt/imgs/resolucs/22Resol.pdf)

*Unesco's basic texts on the information society* (2003). Retirado em Outubro, 22, 2008, de [www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=1418&p\\_est\\_id=4039](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=1418&p_est_id=4039)